

Editorial

A Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação reforça neste número sua preocupação com a educação básica, com a baixa qualidade do ensino ministrado, com a formação deficiente do professor e com os salários defasados. Os recursos por aluno da rede pública não são suficientes. A defasagem série/idade é outro grande estrangulamento a contribuir para a falta de qualidade. Portanto, quanto mais estudos e pesquisas tivermos relevantes ao ensino básico, mais serão as oportunidades de aperfeiçoamento do tema.

Neste número é apresentado artigo de professoras do Rio Grande do Sul, Flávia Obino Correa Werle, pesquisadora sênior do tema municipalização, Adriane Brill Thum e Alenis Cleusa de Andrade. O trabalho discute o panorama de municípios do Rio Grande do Sul que criaram Sistemas Municipais de Ensino – SME analisando como e até que ponto essa legislação acolhe o processo nacional de avaliação do rendimento escolar do ensino fundamental, o qual pela Lei 9394/96 processa-se mediante a colaboração dos sistemas de ensino.

Sebastián Donoso e Gonzalo Donoso discutem as políticas de gestão do ensino obrigatório no Chile nas próximas duas décadas do atual projeto educativo, que tem alcançado avanços significativos em termos de cobertura e aumento orçamental mas não tem equivalente progresso na qualidade de educação.

No artigo "Avaliação da política educacional municipal: em busca de indicadores nos âmbitos do acesso, gestão e financiamento" são discutidos indicadores para avaliação de política educacional municipal produzida por partidos de perfis antagônicos no cenário brasileiro, priorizando dimensões quantificáveis nas categorias de acesso, gestão e financiamento da educação que podem expressar efetividade objetiva da política educacional numa gestão.

Alberto de Mello e Souza e Marly de Abreu Costa discutem em seu artigo as reformas da terceira geração, vistas como necessárias para superar os resultados adversos do ensino básico. As reformas de terceira geração buscam ampliar os incentivos que favorecem melhores resultados das escolas.

"O direito à educação e sua relação com a ampliação da escolaridade obrigatória no Brasil" é o tema de Simone de Fátima Flach que propõe uma reflexão sobre a conquista do direito à educação e sua relação com a extensão da escolaridade no Brasil, evidenciada a partir da ampliação do ensino fundamental de 8 para 9 anos.

"A educação para valores e as políticas públicas educacionais" de Cláudia Pradel e Jorge Alberto Torreão Daú reforça que, a partir da análise da Constituição Federal do Brasil de 1988, ficam estabelecidos os objetivos fundamentais da República a construção de uma sociedade livre, justa e solidária que promova o bem de todos, sem preconceitos ou discriminação. Os autores a partir desta constatação promoveram uma investigação em que pretendem oferecer pistas que permitam a ampliação de um currículo que leve ao desenvolvimento da cidadania.

Em Página Aberta, Valdelaine Mendes, Glauber Fonseca Cruz, Felipe Fonseca Ferraz e Mauricio Cravo Reis realizaram uma pesquisa cujo objetivo foi analisar o Projeto Escola Aberta no Rio Grande do Sul, buscando perceber como os sujeitos participantes das ações entenderam o projeto e a própria participação das atividades desenvolvidas nos finais de semana.

Carlos Alberto Serpa de Oliveira